

# Processos de treinamento no uso da força para policiais militares da Região Sudeste: uma análise preliminar

## Paulo Augusto Souza Teixeira

*Paulo Teixeira é oficial superior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e especialista em políticas públicas de justiça criminal e segurança pública (UFF). Foi Subchefe da Assessoria Técnica de Assuntos Especiais, do Gabinete do Comando Geral da PMERJ. Atualmente coordena os Conselhos Comunitários de Segurança do Rio de Janeiro.*

*pteixeira6@yahoo.com.br*

### Resumo

*Este artigo apresenta uma análise preliminar da pesquisa sobre os processos de treinamento do uso da força para os policiais militares da Região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), realizada em 2008, com recursos do Programa de Bolsas "Paulo de Mesquita Neto", do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Destaca-se a importância do tema para essas organizações e para a sociedade de uma forma geral. A partir de uma pesquisa bibliográfica e de entrevistas com policiais de todos os estados da região, foram apresentadas algumas questões importantes para a efetividade de processos de capacitação continuada desses profissionais. Foram estudadas as condicionantes para o uso da força e as mudanças nas estruturas e processos de treinamento dessas organizações ao longo do tempo, além de informações sobre as iniciativas que vêm sendo desenvolvidas em todos os estados da região.*

### Palavras-Chave

*Segurança pública. Polícia Militar. Treinamento. Uso da força.*

**E**ste texto aborda os processos de treinamento no uso da força para os policiais militares da Região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), tendo como objetivo descrevê-los, compará-los entre si e analisá-los, ainda que preliminarmente, à luz dos critérios estabelecidos na legislação nacional e dos princípios internacionais aplicáveis ao uso da força na atividade policial.

A pesquisa foi realizada em 2008, como resultado do Programa de Bolsas Paulo de Mesquita Neto, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e contou com uma análise exploratória e descritiva dos processos de treinamento de policiais militares brasileiros, além de um levantamento bibliográfico e de campo, abordando os seguintes assuntos: uso da força; condicionantes do uso da força; aspectos históricos das estruturas de ensino e instrução; normas e procedimentos; acompanhamento de treinamentos; e treinamento de unidades operacionais especiais. Foram consultadas obras de autores considerados referência para o tema, diversos documentos oficiais, como Constituição Federal, Leis, Decretos, Planos da Área de Segurança Pública, Normas e Procedimentos das polícias militares da região.

O trabalho de campo consistiu em entrevistas semiestruturadas com gestores dos processos de treinamento e com policiais (em formação e em atividade nas ruas). Além disso,

foram realizadas entrevistas informais com encarregados dos treinamentos (professores e instrutores).

É necessário esclarecer que o fato de ser oficial superior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro trouxe algumas dificuldades adicionais na condução da pesquisa. A maior delas foi analisar a própria instituição, tentando minimizar as impressões já existentes sobre o objeto que seria estudado. Espera-se um distanciamento entre pesquisador e pesquisado que deve permitir a análise, mas como fazer uma pesquisa já que a motivação inicial era a melhoria de um determinado processo? Como evitar uma visão ufanista ou uma crítica excessiva? Bem, essas questões acompanharam todo o trabalho de campo e muitas vezes essa autocrítica foi a responsável pela alteração de cronogramas e redefinição de estratégias de abordagem no decorrer da pesquisa.

Por outro lado, o fato de ser policial permitiu o acesso a informações que dificilmente outras pessoas teriam ou poderiam compreender em pouco tempo. Algumas dessas facilidades trouxeram outros problemas, como questões de ordem ética – apesar de ficar claro que se tratava de uma pesquisa, muitas informações foram dadas em uma relação de confiança entre policiais. Esperamos ter conseguido equilibrar as dificuldades e as facilidades encontradas ao longo do trabalho e apresentar de forma

clara os resultados obtidos, sem criar constrangimentos pessoais ou institucionais.

A escolha do tema refletiu a preocupação demonstrada pelo Comando da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) em estudar com maior profundidade o treinamento policial voltado para o uso da força. Entre 18 e 20 de julho de 2006, foi realizado o seminário “A Polícia que Queremos! Compartilhando a Visão e Construindo o Futuro!”, no qual foi apontada a necessidade de criar um núcleo de instrução em Defesa Pessoal e Uso Comedido da Força (ALBERNAZ; CARUSO; PATRÍCIO, 2007).

Durante 2007, os veículos de comunicação fluminenses discutiram a possibilidade de que diversas ações realizadas por policiais militares no Rio de Janeiro teriam um desfecho diferente caso eles tivessem recebido um treinamento melhor. Portanto, em consequência de demandas do Comando Geral e em virtude de acontecimentos com grande repercussão na opinião pública, buscou-se analisar os processos de capacitação profissional do policial militar fluminense e propor um esforço concentrado no sentido de melhorá-los.

Tal esforço visa o desenvolvimento de novas metodologias de treinamento ou a adaptação, à realidade do Estado do Rio de Janeiro, de métodos que estejam sendo utilizados com sucesso em outras unidades da federação, tomando por parâmetro a preservação da vida humana e a garantia dos princípios constitucionais.

## A pesquisa

O uso da força, especialmente a letal, tem sido uma das questões centrais nas discussões

sobre a atuação policial. Muniz e Proença Júnior (2007) afirmam que essa atuação deve estar condicionada a regras explicitadas em um mandato, que pode ser conceituado como o conjunto formal de atribuições das organizações de manutenção da ordem. Para os autores, o mandato é definido pelo “exercício do poder coercitivo autorizado pelo respaldo da força legítima e legal”. Bobbio (2007) aborda essa questão de forma ampliada, ressaltando que o uso de força, apesar de ser uma condição necessária para a definição de poder político, não constitui uma condição suficiente. Para ele, mais importante que o direito de usar a força, o detentor do poder político deve garantir a exclusividade desse direito sobre um determinado território.

Assim, a compreensão sobre os diversos fatores relacionados ao uso da força pelas polícias pode ajudar a identificar e implementar os padrões mínimos a serem seguidos por estas organizações em países democráticos, como a valorização e a preservação da vida, apesar do desafio contemporâneo de se lidar com o crescimento da violência armada em várias regiões do Brasil. Esse aumento tem motivado diversas discussões sobre o controle das mortes não-naturais, com destaque na agenda das políticas de segurança pública brasileiras, e a respeito da atuação das organizações encarregadas de cumprir a lei, em especial as Polícias Militares estaduais, ratificando a importância de ações coordenadas entre o poder público e a sociedade. Nesse sentido, podem ser encontradas, no debate atual, diversas referências à melhoria da qualidade do treinamento como um dos fatores que pode alterar esse cenário.

A primeira fase da pesquisa caracterizou-se por ser predominantemente bibliográfica e

documental. Os primeiros passos consistiram na elaboração de uma estratégia de pesquisa (plano de trabalho) que buscou estabelecer seu fio condutor.

Foram levantadas informações na *internet* e em obras publicadas, consideradas referências para pesquisas nessa área. As primeiras leituras e as conversas com a Prof<sup>a</sup> Jacqueline Muniz, orientadora do trabalho, ajudaram a delimitar como referência básica a obra de Bittner, a partir da qual foram agregadas outras leituras, como teses de doutorado e dissertações de mestrado referentes às questões tratadas na pesquisa.

Para desenvolver a pesquisa, tornou-se imprescindível uma delimitação mais precisa do que se queria conceituar como “uso da força”, pois esse seria o foco dos treinamentos policiais estudados. Esse esforço conceitual valeu-se de duas abordagens. A primeira foi tratar a questão a partir de uma “teoria da polícia”, apresentada a partir dos trabalhos desenvolvidos por Egon Bittner, Jacqueline Muniz e Domício Proença Jr.

Nos trabalhos desses autores, foram encontrados diversos elementos que tentam dar conta das atividades desenvolvidas pelas agências policiais, caracterizando o uso legítimo da força, sob o império da lei, como o núcleo das suas atividades.

Essa “teoria da polícia” está centrada no conceito de mandato policial e nos seus elementos,<sup>1</sup> apresentando uma discussão relevante do que seja a “profissão” policial. Algumas críticas ao trabalho de Bittner foram feitas por Rolim (2006), como a centralidade da ação policial a partir da proteção às pessoas,

em vez da clássica visão do uso da força pelo Estado. Para o autor, essa abordagem amplia o conjunto de ações desenvolvidas pelas polícias, aproximando das tarefas desenvolvidas cotidianamente por essas organizações.

A segunda abordagem consistiu na realização de um levantamento do que se sabia a respeito do uso da força pelas agências policiais. Como ponto de partida, foram estudadas as pesquisas realizadas sobre o tema nos EUA, em virtude da facilidade em relação ao idioma e da influência das organizações policiais daquele país nas estratégias desenvolvidas no Brasil. Destacam-se os trabalhos de Adams (1999), Alpert (2000) e McEwen (1996). Para o Brasil, procurou-se fazer um levantamento de pesquisas de vitimização já realizadas, especialmente aquelas que abrangeram os estados da Região Sudeste e que tratam de questões referentes aos encontros entre a polícia e o público (PINTO, BORGES; AZEVEDO, 2006).

Embora sigam metodologias distintas, as pesquisas que abordam os encontros entre a polícia e o público forneceram algumas pistas interessantes sobre a questão do uso da força. Apesar de o tema já ter sido objeto de diversos trabalhos, há uma grande dificuldade em estabelecer parâmetros de análise do que vem a ser “uso da força”. Então, para efeitos desta pesquisa, resolveu-se tratar da esfera do uso concreto da força pela polícia (MUNIZ; PROENÇA JÚNIOR, 2007), caracterizado pelas ações de dissuasão e repressão, que são os efeitos da ação policial nos eventos em que ocorreram efetivos encontros entre a polícia e o público motivados seja por solicitação do público, seja por iniciativa da própria polícia.

Por isso, os aspectos ligados aos possíveis efeitos da existência da polícia (indução de auto-regulação) e da presença policial (prevenção) deixarão de ser considerados no presente trabalho.

A partir da delimitação do objeto a ser estudado, identificaram-se alguns fatores que atuam como condicionantes para o uso da força pelas agências policiais (políticas, legais, estratégicas, táticas e logísticas).

Em relação às condicionantes políticas do uso da força, foram identificados aspectos de políticas exterior interna,<sup>2</sup> que influenciam o uso da força pelas polícias. Há ainda um conjunto de instrumentos internacionais que estabelecem princípios e que devem orientar a atividade policial.

Segundo Gomes e Piovesan (2000),

É somente com o processo de democratização, iniciado em 1985, que o Estado brasileiro passa a ratificar os principais tratados de proteção dos direitos humanos. Impulsionado pela Constituição de 1988 – que consagra os princípios de prevalência dos direitos humanos e da dignidade humana – o Brasil passa a se inserir no cenário de proteção internacional dos direitos humanos.

É interessante destacar que o Brasil reconheceu a competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos<sup>3</sup> somente em 3 de dezembro de 1998 e assinou o Estatuto do Tribunal Penal Internacional Criminal Permanente em 7 de fevereiro de 2000. Com base nessas informações, é possível perceber o quão recente é o alinhamento do país à sistemática internacional de proteção aos direitos humanos.

No campo legal, observa-se que as normas estabelecidas na Constituição Federal de 1988 refletem aqueles princípios internacionais de Direito Internacional dos Direitos Humanos, mas as normas penais e processuais penais ainda precisam de uma discussão mais aprofundada.

Alguns temas atuais foram adicionados ao trabalho, como a discussão sobre o uso de algemas, com a manifestação do Supremo Tribunal Federal, e os recentes debates sobre a lei de abuso de autoridade que tramitam no Congresso Nacional visando modificar a Lei nº 4.898/65.<sup>4</sup>

As condicionantes estratégicas buscam traduzir as políticas e os limites legais vigentes, para os integrantes da organização, estabelecendo suas tarefas rotineiras e as excepcionais, definindo, dessa forma, quais são as atividades policiais especiais.

No Brasil, a vinculação das Polícias Militares à Força Terrestre, especialmente depois de 1930, delineou o papel dessas organizações como forças auxiliares e reserva do Exército, conferindo-lhes uma dupla missão: serem responsáveis por realizar o policiamento nos estados da federação e atuarem, quando convocadas, como força militar de reserva. As Polícias Militares foram reorganizadas em 1936, 1967 e 1969, passando a ter a exclusividade da execução do policiamento ostensivo fardado no país. Isso gerou impactos na formação e no treinamento dos seus profissionais. O processo de redemocratização do país trouxe consigo o desafio de desenvolver novos paradigmas de ação policial, como os investimentos realizados na implantação de uma filosofia de polícia co-

munitária, ao mesmo tempo em que ocorreu um aumento expressivo dos crimes violentos e dos homicídios, tornando-se um grande desafio para os gestores policiais de todo o país.

É no espaço das condicionantes técnicas – normatização do que foi definido como rotineiro e excepcional – que são criadas as regras que farão com que a organização funcione (“estado-das-práticas<sup>5</sup>”). As condicionantes logísticas referem-se aos recursos disponíveis para o trabalho dos policiais, desde os sistemas de comunicação até os diversos tipos de armamentos e equipamentos de proteção individual, como as pistolas e os coletes à prova de balas, respectivamente.

Uma parte da pesquisa voltou-se para o tema da educação<sup>6</sup> e sua repercussão nos processos de treinamento policial. Recorreu-se a uma breve análise histórica das polícias militares, como elemento que ajuda a contextualizar as estruturas criadas para capacitar seus integrantes e compreender seus processos de treinamento. Além disso, cabe destacar o papel que o governo federal tem exercido sobre os processos de formação do policial militar desde os anos 1960, inicialmente por meio da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão do Exército que teve grande influência nos processos de formação entre as décadas de 1960 e 1990 e, a partir do final dos anos 1990, através da Senasp, que passou a desenvolver diversas iniciativas visando a qualificação dos profissionais de segurança pública. Ressalta-se a parceria estabelecida entre o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a Senasp, que possibilitou o desenvolvimento e a difusão de práticas policiais em consonância com os

preceitos de direitos humanos, como o Método Giraldi, que será detalhado neste artigo.

## O trabalho de campo

Para o desenvolvimento do trabalho de campo, foram utilizadas diversas técnicas, com o objetivo de identificar os processos de treinamento do uso da força para os policiais militares da Região Sudeste, de modo a fazer comparações entre esses processos e analisá-los, ainda que preliminarmente, à luz dos princípios estabelecidos na legislação nacional e dos princípios internacionais aplicáveis ao uso da força na atividade policial.

### *Metodologia empregada*

Foram realizadas entrevistas com os gestores da área de ensino das Polícias Militares (diretores de ensino e comandantes de escolas de formação de policiais – oficiais e praças). Foram feitas perguntas que pudessem esclarecer como a questão do uso da força está sendo discutida nas organizações e seus reflexos nos processos de treinamento, na elaboração das normas e procedimentos de trabalho, na aquisição de equipamentos e armamentos e na percepção do público sobre a instituição.

Também realizaram-se entrevistas em profundidade com policiais que atuam nas ruas. A escolha dos entrevistados ficou a cargo de cada Polícia Militar, mas as unidades deveriam ser escolhidas de acordo com critério definido pelo pesquisador: uma delas deveria ser a responsável pela execução do policiamento num bairro ou região considerada violenta pela própria polícia e a outra deveria atuar num bairro ou região pouco violenta. Foram escolhidos três policiais de cada unidade, sendo que todos atuavam na

atividade operacional, ou seja, no policiamento das ruas, não sendo entrevistados policiais que trabalhavam em funções administrativas.

Nos centros de treinamento também foram realizadas entrevistas em profundidade com alguns alunos de cursos de formação, com o objetivo de estabelecer suas expectativas em relação ao uso da força em situações de trabalho futuro. Tanto nos cursos de formação de oficiais quanto nos de formação de praças, procurou-se coletar informações junto aos policiais que já realizaram algum processo de estágio em que tivessem tido a oportunidade de colocar em prática pelo menos uma parte dos conhecimentos adquiridos nas salas de aula.

Concomitantemente às entrevistas, foram feitas visitas aos centros de treinamento, onde algumas aulas foram acompanhadas e, dentro da disponibilidade, procurou-se conversar com os instrutores e alunos durante os intervalos. Em todos os estados foi incluída uma visita às atividades desenvolvidas em unidades de operações policiais especiais e, nesta ocasião, foi possível conversar com os responsáveis pelo treinamento dessas unidades.

#### *Alguns resultados do trabalho de campo*

Embora uma parte do material recolhido ainda esteja sendo analisada, podem ser traçadas algumas observações preliminares importantes para a pesquisa.

É possível afirmar que tem havido uma preocupação institucional no sentido de orientar os policiais quanto aos aspectos éticos e legais que delimitam o uso da força nas suas atividades cotidianas. Além disso, a maioria dos

processos de treinamento observados reflete os princípios legais e as orientações políticas publicamente apresentadas.

Das entrevistas analisadas com policiais que atuam nas ruas, alguns pontos merecem destaque. Ao serem perguntados sobre a frequência com que algumas estratégias de uso da força eram utilizadas na sua atividade cotidiana, a maioria dos policiais afirmou ter que mediar conflitos (orientar, informar, encaminhar) e um pequeno número de policiais relatou ter realizado disparos com sua arma em serviço. Contudo, nos processos de treinamento, observou-se que o maior destaque é dado em relação ao uso da arma de fogo e há pouca ênfase em negociação de pequenos conflitos, que aparecem em maior volume na atuação cotidiana dos policiais. Alguns dos profissionais entrevistados afirmaram que usam o “bom senso” ou “suas experiências” para lidar com essas questões. A maior parte dos policiais entrevistados nas escolas das polícias se sente segura com os conhecimentos recebidos nos seus processos de formação. Eles avaliam que as situações apresentadas nas aulas se aproximam das questões com as quais eles irão lidar no dia-a-dia.

As unidades especiais das Polícias Militares estudadas têm em comum a ênfase no treinamento e a disponibilidade de maiores recursos logísticos, como equipamentos especiais (material para escaladas e outros) e armamentos, diferenciando-se das demais unidades da polícia.

Em relação aos insumos logísticos disponíveis para as Polícias Militares, verificou-se a existência de uma grande variedade de equipamentos, viaturas e uniformes em cada estado da

federação, mas os armamentos e as munições seguem uma espécie de padronização, em virtude de o processo de aquisição estar vinculado ao controle do Exército brasileiro.

Outros aspectos observados requerem especial atenção, como a existência de treinamentos regulares nas Polícias Militares. Contatou-se, nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, a existência de programas regulares de treinamento destinados à maioria dos integrantes das Polícias Militares.

No Espírito Santo, há uma preocupação em habilitar o policial militar no uso da arma de fogo e, para tanto, foi escolhido o método Giraldi<sup>®</sup>, desenvolvido pelo coronel da Reserva da PMESP, Nilson Giraldi, que busca consolidar diversos ensinamentos voltados para uma “doutrina de atuação armada do policial”. Ele integra diversos princípios de atuação policial e se caracteriza por enfatizar os procedimentos (posições de disparo e condução da arma, verbalização das ações e segurança do policial) em vez do clássico treinamento de disparos de precisão. Esse método de treinamento foi baseado em anos de experiência como instrutor de tiro e em diversos estudos desenvolvidos no sentido de adequar a prática policial aos princípios de direitos humanos. Segundo informações obtidas junto à Diretoria de Ensino e Instrução capixaba, cerca de 75% do efetivo da polícia militar já passou pelo novo modelo de capacitação.

Os alunos dos cursos de formação de praças e demais cursos realizados no estado são capacitados de acordo com a nova forma de treinamento, que são reforçados anualmente. Há um

outro treinamento realizado todos os anos, denominado “Curso de Técnicas Operacionais”, que visa nivelar os conhecimentos dos policiais que ainda não tiveram contato com o método Giraldi<sup>®</sup>. O curso é realizado em uma semana, com 52 horas-aula, enfatizando atividades (em sala e práticas) que reforcem e/ou atualizem os conhecimentos sobre a fundamentação legal e as técnicas de abordagem a pessoas, veículos e edificações, além de aulas de tiro policial.

Em Minas Gerais também existem treinamentos regulares que ocorrem a cada dois anos. A coordenação das atividades de treinamento é exercida pelo Centro de Treinamento Policial (CTP), que é uma das unidades componentes do sistema de educação policial militar. O Centro é o responsável pelo treinamento direto dos policiais militares da Região da Grande Belo Horizonte e coordena as atividades desenvolvidas nas demais unidades. Em 2002, foi aprovado o Manual de Prática Policial, que apresenta os conceitos de uso da força e abordagens, de acordo com os princípios internacionais de direitos humanos. Esse manual, aprovado por uma Resolução do Comandante Geral, estabelece regras de conduta profissional, obrigando seu cumprimento por toda a Corporação. A partir da edição desse manual, foram elaborados os Guias de Treinamento, que aglutinam assuntos que devem ser tratados no treinamento policial básico (TPB) e têm periodicidade bienal.<sup>7</sup> Após cada ciclo, os conteúdos são revistos e novos guias são editados. Em Minas Gerais, o treinamento com armas de fogo segue uma metodologia voltada para a precisão dos disparos. Porém, para ministrar aulas de tiro, defesa pessoal ou técnica policial, os instrutores têm que ser, obrigato-

riamente, habilitados em direitos humanos. Pelas informações obtidas junto ao Centro de Treinamento Policial, todos os integrantes da PMMG são treinados a cada dois anos.

Em São Paulo, também existem processos regulares de treinamento para todos os policiais, mas ficam dispensados da obrigatoriedade do treinamento os policiais militares de mais alta patente. Esse treinamento é denominado Estágio de Atualização Profissional (EAP) e é projetado para fornecer ao policial militar um conjunto de orientações comuns a todas as modalidades de policiamento (incluindo o tiro policial – método Giraldi<sup>®</sup>), além de buscar atender às peculiaridades dos diversos serviços desenvolvidos pela PMESP (rodoviário, florestal e outros).

Os policiais que não desenvolvem atividades especializadas são capacitados em policiamento comunitário. O treinamento dos policiais que trabalham na capital é centralizado nos Comandos de Policiamento, que reúnem diversas unidades, enquanto os que trabalham no interior do estado realizam estágio na sua própria unidade. Segundo informações obtidas na Diretoria de Ensino e Instrução, a maioria do efetivo da PMESP passa pelo EAP anualmente.

No Rio de Janeiro não foi identificado um programa de treinamento que possibilite a capacitação continuada da maior parte do efetivo. Contudo, algumas inovações têm sido feitas na área de capacitação a partir das experiências do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e da criação de um Centro de Instrução Especializada em Armamento e Tiro

(Cieat). A partir das experiências do Bope, muitos policiais foram treinados em patrulhamento em áreas de risco, inclusive integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, e a criação do Cieat visou padronizar o ensino do tiro na PMERJ.

Em Minas Gerais e São Paulo, verificou-se a existência de ferramentas de tecnologias da informação no apoio à difusão de conhecimentos sobre a atividade policial aos seus integrantes. Embora fuja do escopo do presente trabalho, foi possível constatar a existência de informações sobre os procedimentos operacionais padrão (POP), na *Intranet* da Polícia Militar paulista, bem como a troca de informações entre policiais militares mineiros por meio de sistemas de dados corporativos, inclusive da difusão do uso de computadores para a comunicação entre alunos e professores.

Outra questão importante é a capacitação dos policiais encarregados de atividades policiais especiais. Em todos os estados estudados, há unidades especializadas para tratar de ocorrências complexas, como as rebeliões em estabelecimentos prisionais e casos que envolvem reféns. Essas unidades têm como característica comum a regularidade no treinamento desses policiais (eles praticam em todos os serviços, desde que não sejam acionados para atuar em algum evento específico). Esses policiais buscam manter os conhecimentos e as habilidades já desenvolvidas e, também discutem os erros e acertos das tarefas que acabaram de concluir. No Espírito Santo essas observações sobre ocorrências complexas são transformadas em estudos de caso, para serem analisados mais detalhadamente.

## Discussão

Ao longo da pesquisa surgiram alguns desafios em relação ao treinamento policial que merecem destaque. O primeiro deles é que, apesar de já existirem processos regulares de treinamento na maioria das Polícias Militares da região, eles passam por alguns filtros. Há um filtro institucional, ou seja, a adequação dos processos de treinamento às condicionantes políticas e legais passa por um processo de aceitação institucional, que pode ser longo. Após vencer essa barreira, os processos passam pelo filtro dos docentes, que validam ou não os conteúdos apresentados para a discussão com os alunos. Assim, mesmo quando ocorre uma definição institucional de adequação a determinados princípios, há uma preocupação no nível de quem transmite as informações. Finalmente, o último filtro consiste na recepção dos alunos, que podem validar ou não os conhecimentos recebidos pelo sistema de ensino formal. Esse filtro pode desqualificar os docentes que não são identificados como os que “realmente” detêm o conhecimento daquela disciplina e, como consequência, desqualificar as informações apresentadas ao grupo.

Um aspecto importante dos processos de treinamento desenvolvidos está relacionado com a distribuição espacial dos alunos. Os policiais que trabalham nas capitais, ou nas regiões metropolitanas, participam de um treinamento mais diretamente supervisionado pelas estruturas de ensino das suas instituições, garantido assim uma maior aproximação do resultado obtido ao planejado anteriormente. O desafio de capacitar continuamente os policiais que atuam mais distantes dessas regiões foi evidenciado durante o trabalho.

Outro desafio diz respeito à relação entre o volume de alunos e os recursos logísticos necessários para o desenvolvimento dos processos de treinamento. Em Minas Gerais foi criado um centro voltado especificamente para o treinamento policial, ou à sua formação continuada, mas nos demais estados o processo de formação continuada utiliza ora as estruturas das unidades de formação inicial, ora aquelas de outras unidades. Verificou-se, em todos os estados estudados, que as instituições de ensino das polícias procuram se adequar para atender a demandas de formação de um grande número de policiais, muitas vezes superando suas próprias capacidades.

As reuniões realizadas antes de os policiais seguirem para seus postos de trabalho, geralmente classificadas como processo de treinamento, em alguns casos são dissociadas das necessidades relativas aos serviços executados pelos policiais, podendo ser mais bem aproveitadas pelas organizações policiais militares.

Finalmente, constatou-se que a posição do policial na escala hierárquica das instituições diferencia o seu acesso aos processos de treinamento (ARAÚJO FILHO, 2003; PONCIONI, 2007). Ainda ocorre um processo mais intenso de qualificação dos oficiais em comparação aos demais policiais militares.

## Conclusões

Como há uma grande dificuldade de conceituar “uso da força”, optou-se por tratar da esfera do uso concreto da força pela polícia, caracterizado pelas ações de dissuasão e repressão, que são os efeitos da ação policial nos eventos

em que ocorreram efetivos encontros entre a polícia e o público.

As condicionantes abordadas no trabalho ajudam a compreender a complexidade que envolve a questão, que passa por elementos externos às organizações policiais (condicionantes políticas e legais) e internos (condicionantes estratégicas, táticas e logísticas). O treinamento é um dos fatores que podem contribuir para o desenvolvimento de práticas profissionais em consonância com preceitos institucionais.

Pelas entrevistas realizadas, percebeu-se que ocorre uma mudança de atitude dos policiais em relação à área onde eles atuam (local considerado violento, ou não). Os policiais que atuam em regiões menos violentas possuem uma baixa expectativa de uso de força, mencionando, geralmente, a mediação de conflitos ou as advertências verbais como recursos mais usados nas suas atividades. Entretanto, no que se refere às regiões consideradas violentas pela própria polícia, observa-se uma grande variação de respostas dadas pelos policiais que atuam nos quatro estados. Mesmo atuando em áreas consideradas subnormais (favelas, periferias ou aglomerados, dependendo da denominação dada em cada região), os policiais usam graus variados de força em cada estado analisado, com o grau mais elevado sendo a referência de ação para os policiais do Rio de Janeiro.

Contatou-se a necessidade de serem desenvolvidos mais recursos logísticos que permitam ao policial um maior leque de alternativas no tocante ao uso da força na sua atividade cotidiana. A pesquisa de novos materiais e equipamentos de uso policial, acompanhados do respectivo

treinamento, pode ser um caminho que melhore a qualidade do serviço realizado pelas forças policiais. O desenvolvimento e a utilização de armas “menos letais” se enquadram nessa agenda de novas pesquisas para a área.

Um aspecto importante da pesquisa está relacionado com as discussões sobre a profissionalização da atividade policial a partir dos processos de formação e capacitação continuada de seus integrantes. Muito tem se falado sobre formação policial, inclusive em relação a uma visão integrada de formação (voltada para a ascensão funcional) e treinamento (voltado para o desenvolvimento de habilidades e capacidades necessárias para a realização de suas tarefas cotidianas), aproximando assim as áreas hoje designadas como ensino e instrução. Nesse sentido, convém destacar as iniciativas das Polícias Militares de São Paulo e Minas Gerais.

Acredita-se que o relatório final da pesquisa poderá contribuir apresentando uma coletânea de informações sobre o “estado-das-práticas” das Polícias Militares da Região Sudeste, permitindo a revisão de alguns métodos e estimulando a melhoria dos processos de treinamento já existentes. No caso específico do Rio de Janeiro, pode originar um programa regular de treinamento policial, mantendo os profissionais atualizados em relação ao seu trabalho.

A pesquisa também pode servir de ponto de partida para o desenvolvimento de novos métodos, novos processos e mecanismos de controle dos treinamentos e até novas pesquisas. Observou-se que algumas Polícias, como as de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, estão desenvolvendo métodos de defesa

peçoal adaptados às necessidades dos policiais que atuam nas ruas. Dessa forma, as aulas de artes marciais vêm sendo gradativamente substituídas pelo novo método que carece de desenvolvimento e difusão.

Destaca-se, ainda, o papel exercido pelo governo federal, atualmente representado pelas iniciativas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) em relação ao desenvolvimento dos processos de capacitação dos policiais. Suas principais estratégias têm sido a criação e o fortalecimento da Renaesp (Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública), que fomentou a realização de cursos de especialização na temática, e a elaboração de uma matriz curricular com diretrizes nacionais para o ensino policial, incluindo a disseminação do ensino à distância (EAD) como estratégia de fornecimento de conteúdo atualizado aos profissionais da área. É preciso ressaltar, também, o papel desempenhado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha no processo de trans-

versalização dos conteúdos de direitos humanos nos processos de treinamento das Polícias Militares. Aproveita-se a oportunidade, aqui, para agradecer o apoio dos comandantes-gerais das Polícias Militares da Região Sudeste, que tornaram possível a realização da pesquisa.

Finalmente, como resultado das entrevistas realizadas com policiais que trabalham na atividade operacional, verificou-se que a maior parte deles lida cotidianamente com questões que não são crimes, havendo uma necessidade de maior entendimento de técnicas de mediação de conflitos e do desenvolvimento de sistemas de apoio, com informações seguras que possam ser dadas aos policiais nas ruas. Esse talvez seja um dos maiores impactos dessa pesquisa, ou seja, possibilitar que as organizações policiais militares associem ao rol de competências hoje treinadas pelos policiais (legislação, abordagens e tiro) um conjunto de conhecimentos necessários para mediar os conflitos com os quais eles se deparam diariamente em quase todas as ruas do país.

1. De acordo com Muniz e Proença Jr (2007), os elementos que constituem o mandato policial são o âmbito, o alcance e os contornos. O âmbito estabelece o objeto sobre o qual incidem os poderes delegados e se propõe a abranger a totalidade de uma dada comunidade política. O alcance estabelece quem tem a prerrogativa de atuar em uma dada situação. Já os contornos colocam os limites contextuais do que se está autorizado a fazer. Podem ser entendidos como “o que fazer” e “como fazer”.
2. Em relação à política exterior, o Brasil é signatário de diversos acordos internacionais referentes a normas de Direito Internacional dos Direitos Humanos e, no âmbito interno, isso se expressa através dos planos elaborados para a área de segurança pública, nos níveis nacional, estadual ou municipal. Para tratar das questões ligadas às políticas elaboradas em nível interno, serviram de base os trabalhos de Rover (2005) e Gomes e Piovesan (2000), que abordam as questões ligadas aos princípios internacionais dos Direitos Humanos e dos Planos Nacionais de Segurança Pública.
3. Para informações mais detalhadas sobre o funcionamento e a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, consultar Gomes e Piovesan (2000); Rover (2005).
4. Em 19/08/2008, o deputado federal Raul Jungmann, presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Federal, apresentou o Projeto de Lei n. 3.886, visando alterar a Lei n. 4.898/65. O projeto conta com manifestações favoráveis do Ministério da Justiça e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
5. Segundo Muniz e Proença Júnior (2007), a expressão “estado-das-práticas” refere-se à melhor prática alcançada pela organização policial num determinado momento. Já a expressão “estado-da-arte” significa a melhor prática conhecida e tende a caminhar na direção do que seja o limite máximo do que é possível fazer.
6. As obras de Schön (2000) e Perrenoud (2002) foram utilizadas como bibliografia de apoio para essa parte da pesquisa, pelo fato de serem referências utilizadas atualmente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).
7. Para o biênio 2008/09, os assuntos tratados no TPB são os seguintes: ética; doutrina e atualização; defesa pessoal policial; pronto-socorrimento; técnica policial; treinamento com arma de fogo (TCAF); além de avaliações física, prática de tiro e teórica (envolvendo todos os assuntos aprendidos).

## Referências bibliográficas

ADAMS, Kenneth et al. **Use of force by police**: overview of national and local data. NCJ 176330, 1999.

ALEXANDER, John B. **Armas não-letais**: alternativas para os conflitos do séc. XXI. Tradução de José Magalhães de Souza. Rio de Janeiro: Welser Itage, Condor, 2003.

ALPERT, Geoffrey P.; DUNHAM, Roger G. **Analysis of police use-of-force data**. NCJRS 183648, 2000.

ARAÚJO FILHO, Wilson de. Ordem pública ou ordem unida? Uma análise do curso de formação de soldados da polícia militar em composição com a política de segurança pública do governo do estado do Rio de Janeiro: possíveis dissonâncias. **Políticas públicas de justiça criminal e segurança pública**. UFF/NuFEP; ISP. EdUFF: Instituto de Segurança Pública, 2003, p. 11-164.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

ALBERNAZ, Elizabeth; CARUSO, Haydêe; PATRÍCIO, Luciane. A Polícia que queremos: considerações sobre o processo de reforma da Polícia Militar do Rio de Janeiro. In: J MUNIZ, J.; CARUZO, H.; BLANCO, A.C.C. **Polícia, estado e sociedade**: práticas e saberes latino-americanos. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007, p. 21-73.

GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia. **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

McEWEN, Tom. **National Data Collection on Police Use of Force**. NCJ 160113, 1996.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domicio. Da accountability seletiva à plena responsabilidade policial. In: MUNIZ, J.; CARUZO, H.; BLANCO, A.C.C. **Polícia, estado e sociedade**: práticas e saberes latino-americanos. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007, p. 21-73.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalismo e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PINC, Tânia. Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, 2ª edição, p. 6-23, 2007.

PINTO, A.S.; MELO, D.L.B. de; AZEVEDO, J. de. Desenvolvimento de metodologia e aplicação de pesquisa de vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: **31º Encontro Nacional da Anpocs**, Caxambu, 2006.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, 2ª edição, p. 22-31, 2007.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Oxford, Inglaterra University of Oxford, Centre of Brazilian Studies, 2006.

ROVER, C. **Para servir e proteger**: direitos humanos e direito internacional humanitário para forças policiais e de segurança. 4ª. ed. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2005.

SANDES, Wilquerson Felizardo. Uso não-letal da força na ação policial: formação, tecnologia e intervenção governamental. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, 2ª edição, p. 24-38, 2007.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

# Processos de treinamento no uso da força para policiais militares da Região Sudeste: uma análise preliminar

Paulo Augusto Souza Teixeira

## Resumen

Procesos de instrucción en el uso de la fuerza para policías militares de la Región Suroeste: un análisis preliminar

*Este artículo presenta un análisis preliminar de la investigación sobre los procesos de instrucción en el uso de la fuerza para los policías militares de la Región Suroeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Río de Janeiro y São Paulo), realizada en 2008, con recursos del Programa de Ayudas “Paulo de Mesquita Neto”, del Foro Brasileño de Seguridad Pública. Se destaca la importancia del tema para estas organizaciones y para la sociedad de una forma general. A partir de una investigación bibliográfica y de entrevistas con policías de todos los estados de la región, se presentaron algunas cuestiones importantes para la efectividad de los procesos de formación continua de estos profesionales. Se estudiaron los condicionantes para el uso de la fuerza y los cambios en las estructuras y procesos de instrucción de estas organizaciones a lo largo del tiempo, aparte de los datos sobre las iniciativas que están en marcha en todos los estados de la región.*

**Palabras Llave:** Seguridad Pública. Policía Militar. Instrucción. Uso de la fuerza.

## Abstract

Training processes on the use of force for military police officers from South-eastern Brazil: a preliminary analysis

*This article presents a preliminary analysis of a study into the training processes on the use of force for military police officers from South-eastern Brazil (States of Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro and São Paulo). The study was carried out in 2008 and funded by the “Paulo de Mesquita Neto” Grants Program of the Brazilian Forum of Public Security. The work highlights the overall importance of this topic for these organizations and the public at large. Based on a search of the literature and interviews with police from all States throughout the region, some key issues were presented regarding the effectiveness of continuous training programmes for this group of professionals. The criteria for the use of force were studied together with the changes in training structures and processes which have taken place within these organizations over time, along with information on the initiatives that have been developed in the different states throughout the region.*

**Keywords:** Public security. Military Police. Training. Use of force.

**Data de recebimento:** 14/01/09

**Data de aprovação:** 10/02/09